
**A MEDIAÇÃO INFORMATIVA EM AMBIENTES DE (CIBER)CULTURA E (IN)
FORMAÇÃO: ESTUDO EXPLORATÓRIO NO CAMPO DA INFORMAÇÃO,
EDUCAÇÃO E CULTURA**

*THE INFORMATION MEDIATION IN ENVIRONMENTS OF (CYBER)CULTURE AND
(INFORMATION)EDUCATION: EXPLORATORY STUDY IN THE FIELD OF INFORMATION,
EDUCATION AND CULTURE*

Meri Nadia Marques Gerlin

Professora do Departamento de Biblioteconomia e do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI) do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas (CCJE) da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Doutora em Ciência da Informação pela Universidade de Brasília (UnB). Mestra em Educação e bacharel em Biblioteconomia pela UFES. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4292-2559>
E-mail: meri.gerlin@ufes.br

RESUMO

Eleito como marco teórico o que fora produzido por Kevin McGarry, Pierry Lévy e Paulo Freire, objetiva-se colocar em análise a contribuição da mediação informativa no espaço virtual (ciberespaço) na sociedade contemporânea. Para alcançar tal intento, recorre-se a um estudo exploratório e a uma pesquisa bibliográfica desenvolvida no âmbito da Ciência da Informação, Educação e Política (Ciber) Cultural. Como resultado são identificadas teorias como as que foram produzidas por Oswaldo Almeida Júnior e Teixeira Coelho Netto, auxiliando no entendimento de que a mediação deve alcançar sujeitos de diferentes culturas atendidos ou não em ambientes de informação e produção de conhecimento. O conceito de mediação da informação se fortalece perante a intervenção em espaços presenciais comunitários, escolas, bibliotecas e universidades auxiliando bibliotecários e outros profissionais dispostos a desenvolverem ações culturais, políticas, educativas e transformadoras. Esse tipo de atuação informativa e cultural solicitada também no ciberespaço, acaba requerendo o entendimento de que há em torno da prática de mediação um processo de conceituação reflexivo e em constante constituição.

Palavras-chave: Mediação da Informação. Cibercultura e Ciberespaço. Ciência da Informação e Biblioteconomia. Políticas Culturais e Educativas.

ABSTRACTS

Elected as a theoretical framework what had been produced by Kevin McGarry, Pierry Lévy and Paulo Freire, the objective is to analyze the contribution of information mediation in virtual space (cyberspace) in contemporary society. To achieve this goal, an exploratory study and a bibliographic research developed in the scope of Information Science, Education and (Cyber)Cultural Policy are used. As a result, theories such as those produced by Oswaldo Almeida Júnior and Teixeira Coelho Netto are identified, helping to understand that mediation must reach subjects from different cultures, whether or not attended in environments of information and knowledge production. The concept of information mediation is strengthened in the face of intervention in face-to-face community spaces, schools, libraries and universities, helping librarians and other professionals willing to develop cultural, political, educational and transformative actions. This type of informative and cultural action, also requested in cyberspace, ends up requiring the understanding that there is a reflexive conceptualization process around the practice of mediation that is constantly being constituted.

Keywords: Information Mediation. Cyberculture and Cyberspace. Information Science and Librarianship. Cultural and Educational Policies.

1 INTRODUÇÃO

Estamos vivenciando a era da informação ou, como também é denominada, a era digital¹ e, nos encontramos submersos no discurso sobre a importância dela, pouco degustando a criação de um novo ambiente no qual como sujeitos e usuários ativos passamos a ser mais reprodutores do que produtores de informação. Se utilizamos com maior intensidade canais de disseminação e recuperação da informação com a criação do ciberespaço (espaço virtual)? Decerto que sim. Porém, para refletir sobre o nosso lugar nesse ambiente de informação, educação e (ciber)cultura, convém considerarmos as características e os reais benefícios ocasionados pela intensificação do uso das novas tecnologias que resultaram no fortalecimento desse espaço cultural constituído por estruturas de comunicação e difusão de conteúdos informativos.

A descrição profética sobre a constituição da era digital é resultado da análise da intensificação do uso das novas tecnologias no final do século XX e, hoje verificamos, que com o ciberespaço, até então delineado pela capacidade de armazenamento e ampla difusão de conteúdos informativos de “muitos para muitos”, acaba-se constituindo estruturas de colaboração (redes) distribuídas mesmo que para muitos ainda não seja essa a realidade. Nas redes digitais, com essas características, as estruturas de poder, em tese, são descentralizadas, porém, vários são os aspectos que devem ser considerados sem o temor de incorreremos no maniqueísmo investigativo que pode nos direcionar à constatação inflexível de pontos de vistas teóricos demarcados entre o lado bom e os malefícios dos avanços até então alcançados.

O ciberespaço é estruturado por um universo de sistemas de informação, armazenamento de conteúdos e ferramentas de distribuição de mensagens e informações advindas de contextos econômicos, educativos, culturais materiais e imateriais, sendo um ambiente de compartilhamento de uma variedade de produtos e serviços informativos produzidos e, ao mesmo tempo, consumidos por seres humanos que habitam esse espaço que de fato não é apenas constituído pelos equipamentos de conexão em redes digitais (CASTELLS, 2003; LÉVY, 1998).

Assim sendo, o ciberespaço é identificado por Lévy (1999; 2003) como um ambiente de aprendizagem coletiva explorado mundialmente, com maior ou menor intensidade, com o auxílio das novas tecnologias de informação e comunicação e, nele, segundo aponta Castells (2003, p. 115), é constituída “[...] uma ágora eletrônica global em que a diversidade da divergência humana explode numa cacofonia de sotaques” que atestam a reunião de variadas culturas.

¹ A era da informação, ou era digital, recebe essas denominações por conta da intensificação do acesso às tecnologias de informação e comunicação no final do século XX, contribuindo, desde então, com o crescimento da conexão em redes digitais e, em tese, com a democratização do acesso à informação (CASTELLS, 2003; LE COADIC, 2004; LÉVY, 1999).

O fenômeno da ampliação do uso das novas tecnologias, acompanhado do crescimento dos fluxos de informação na sociedade contemporânea, desperta para o fato de que no espaço virtual nos vemos como sujeito de direito às inovações tecnológicas nos campos da informação e da comunicação. Essa premissa não é garantidora da oportunidade de acesso às tecnologias e aos diversos canais de comunicação e disseminação da informação, devido barreiras tecnológicas, econômicas e ideológicas. Ainda há, o fato de que muitos de nós carecem de habilidades e competências para a apropriação e a produção da informação no ambiente de universalização do conhecimento e das oportunidades trazidas com a Internet (rede mundial de computadores).

A oportunidade da exploração do espaço virtual perpassa o uso dos equipamentos eletrônicos, o acesso às redes digitais e a aquisição de habilidades para saber buscar, recuperar e usar a informação. Portanto, é comum entendê-lo como ambiente de aprendizagem que contribui para a criação de um mundo conectado por estruturas de colaboração demandando, igualmente, da socialização humana e de recursos para que a prometida inclusão digital de “todos” possa de fato acontecer.

A Ciência da Informação que se dedica ao estudo dos registros, armazenamento, acesso e recuperação da informação no espaço híbrido (presencial e virtual), nos permite compreender os meandros da pesquisa e a prática profissional que acompanha a expansão dos meios de comunicação de informações para a sociedade. A Biblioteconomia junto com essa ciência precisa repensar as limitações dos sujeitos contemporâneos em termos de comunicação e acesso dos conteúdos disponibilizados no ciberespaço, já que “A informação deve ser ordenada, estruturada ou contida de alguma forma, senão permanecerá amorfa e inutilizável” (McGARRY, 1999, p. 11) requerendo que usuários e produtores busquem e recuperem informações autonomamente ou com o auxílio dos profissionais da informação.

Com base na teoria de McGarry (1999) podemos explorar o fato de que bibliotecários, especialistas e cientistas da informação trabalham com o termo “informação” para, de certa forma, “designar” temas e assuntos contidos em documentos textuais e outros itens informativos, como as obras de artes, os artefatos, as imagens e os conteúdos sonoros disponibilizados em unidades de informação. A teoria produzida por esse autor é importante para compreendermos, especialmente, a temática da cibercultura (cultura da conexão das redes digitais) decorrente da internet. O ciberespaço abarca as culturas constituídas pelos seres humanos compreendendo conhecimentos, crenças, habilidades, costumes, dentre outras características culturais que indicam o que será preservado e recuperado em bibliotecas, arquivos e museus digitais.

Num ambiente cultural que deve ser alimentado pelo ciclo de produção da informação confiável e pela intensificação do uso de variadas tecnologias (novas e tradicionais) os meios de comunicação passam por um momento de hibridização tecnológica, culminando numa estrutura que possibilita a interatividade informativa

e comunicacional alimentada pelas mídias digitais (conteúdos e dispositivos de comunicação na internet). Para tanto, a iniciativa privada e pública, as organizações e instituições corporativas, comunitárias, sociais e informativas devem prever em suas políticas estratégias para a identificação de conteúdo produzido com a intenção de desinformar (ação contrária ao ato de informar), uma vez que essa é uma problemática pulsante na atualidade solicitando práticas informativas direcionadas para a mediação da informação no ciberespaço.

O conceito de mediação informativa se fortalece perante a urgência de intervenção em espaços presenciais comunitários, escolas, bibliotecas e universidades auxiliando bibliotecários e outros promotores de ações políticas, educativas e transformadoras. Ambientes nos quais a leitura de mundo, comumente referenciada com o aporte da teoria de Paulo Freire (1996), se torna importante para a identificação de questões de relevância social dos espaços de informação, memória e cultura em que o processo de intermediação se faz necessário.

Almeida Júnior (2009; 2015) nos permite conceber que a mediação da informação deve ser considerada como um objeto validado pela Ciência da Informação, ao entendê-la como ação de interferência realizada pelo profissional da informação em bibliotecas, estando, desse modo, esse profissional envolvido numa relação dialógica com a sociedade. Quando vista deste ângulo, a mediação implica na elaboração de ações políticas para que o usuário possa assumir a função não apenas de consumidor da informação, mas também de produtor de conteúdos informativos e culturais (COELHO NETTO, 1989; 2012).

A mediação da informação acontece na maioria das vezes com limitações no que se refere ao atendimento virtual. Esse tipo de atuação informativa e cultural também é solicitada no ciberespaço requerendo o entendimento de que há em torno da prática de mediação um processo de conceituação em constituição, podendo ser analisado pelo viés da Educação e Política (Ciber)Cultural.

Os registros de estudos e práticas transformadoras (práxis) sobre a mediação geralmente se direcionam aos espaços presenciais das bibliotecas e outros espaços de informação (ALMEIDA JUNIOR, 2009; ALMEIDA JUNIOR; SANTOS NETTO, 2014; LIMA; PERROTTI, 2016), PERROTTI, 2016), nos permitindo questionar o motivo de não ampliarmos o alcance das nossas pesquisas e práticas para aqueles que navegam em ambientes de colaboração virtuais, influenciando os que, em sua maioria, buscam e recuperam informação nos espaços presenciais.

Essa questão insurgente conduz ao objetivo de colocar em análise a contribuição da mediação da informação no espaço virtual (ciberespaço) na sociedade contemporânea. Para tal intento, recorre-se a um estudo exploratório e a uma pesquisa bibliográfica desenvolvida em livros e revistas científicas recuperadas em base de dados da Ciência da Informação, Educação e Política (Ciber)Cultural.

2 A CULTURA DO (CIBER)ESPAÇO

O conceito de cultura se relaciona com uma diversidade de aspectos sociais e informacionais reunindo diferenças e singularidades de uma infinidade de grupos, povos e nações. Portanto, não se pode pensar em colocar em análise aspectos culturais de grupos sociais mais informados ou menos informados, mas sim realizar estudos que possam considerar aspectos sociais identificados em dimensões diferenciadas.

Contribuindo com o resgate da cultura de vários povos por meio de registros produzidos e compartilhados em redes digitais, a mesma cultura, constituída material e imaterialmente, distingue à humanidade das outras espécies de animais e possibilita que um conjunto de manifestações culturais sejam mapeadas, entendidas, registradas, preservadas e disseminadas, por meio da linguagem: da mitologia, da oralidade e das tradições, das disciplinas, das instituições e das normas (re)estruturadas cotidianamente.

A cultura é constituída por seres organizados em grupos sociais conectados em redes híbridas, contribuindo para que conhecimentos sejam produzidos e informações de aspectos (materiais e imateriais) sejam identificados por variadas áreas e campos do saber: agricultura; arte; arquitetura; artesanato; astrologia; ciência; direito; economia; educação; esporte; gastronomia; geografia; história; literatura; política; religião; tecnologia; transporte; dentre outras(os).

McGarry (1999) nos conduz à percepção das diferentes formas de culturas constituídas por seres dotados de inteligência comunicativa que, desde os primórdios, organizam e registram os modos de vida em grupos sociais. Por meio de sistemas de signos e símbolos, transmitidos e preservados por gerações, a humanidade fornece uma matriz de regras pelas quais as linguagens, verbais e não verbais, representem a informação e caracterize a cultura como possuidora de sistemas éticos, morais, artísticos, entre outros constitutivos de padrões provenientes da organização coletiva.

Assim, “cultura” incluiria crenças, habilidades, artes, moral, costumes e qualquer outra aptidão física ou intelectual adquirida por seres humanos como membros da sociedade. Em sentido amplo, a cultura incluiria também as várias entidades e instituições criadas para colocar o precedente em prática (MCGARRY, 1999, p. 62).

Por meio da memória cultural preservam e transmitem, através dos tempos, informações constitutivas de conhecimentos (saberes) e habilidades (fazeres) adquiridas no próprio meio social. “Ao contrário dos animais, nascemos dentro de estruturas de aprendizado e comportamento que preexistiram a nós, e as utilizamos para delas extrair informações sobre o mundo e o lugar que nele ocupamos” (MCGARRY, 1999, p. 63).

Os produtos e serviços disponibilizados pelos espaços de memória (bibliotecas, arquivos, museus, escolas, universidades, ciberespaço etc.) procuram garantir o acesso

à informação registrada, todavia, é necessário questionar a forma com que as relações culturais e educativas possibilitam a transmissão da informação.

O registro oral, textual e imagético possibilita aprender a preservar e comunicar informações relacionadas com a cultura durante séculos, utilizando, para isso, as paredes das cavernas, as tábuas de argila e madeira, o couro, o papiro e o papel confeccionado pela celulose. Com a invenção da imprensa aspectos materiais e imateriais da cultura da humanidade nos séculos passados, puderam não apenas, ser registrados e preservados com maior facilidade, mas também, comunicados por meio da impressão dos livros e dos jornais.

Na atualidade, contamos com outros tipos de suportes informacionais e meios de comunicação (televisão, rádio, página *Web*, *blog*, etc.) que são largamente disponibilizados e, inclusive, tendo para isso o auxílio das redes sociais, momento no qual nos sentimos parte do contexto histórico da evolução dos registros do conhecimento que acompanham a evolução da humanidade. O pertencimento a essa era é responsável pela mudança e pela aprendizagem coletiva, motivo pelo qual deve se estender para todos os sujeitos que estão à margem da inclusão digital.

Lévy (1998) se refere ao contexto de interconexão, fortalecido no final do século passado, como uma conexão cultural planetária em constante processo de (re)construção, o que requer repensar como são estabelecidas na atualidade as relações culturais tanto quanto as dimensões ciberculturais. Assim como a cultura constitui o meio ambiente, em que o humano habitou e modificou durante séculos, a cibercultura “[...] específica [...] na contemporaneidade] o conjunto de técnicas (materiais e intelectuais), de práticas, de atitudes, de modos de pensamento e de valores que se desenvolvem juntamente com o crescimento do ciberespaço” (LÉVY, 1999, p. 16).

O ciberespaço, ao contrário, permite não apenas uma comunicação “um para um” e “um para muitos” mas também do tipo “muitos para muitos” e a articulação em tempo real entre os três modos, o que incentiva a inteligência coletiva. Essas novas possibilidades já são usadas em larga escala para fins científicos, comerciais, políticos e artísticos, entre outros (LÉVY, 2000, p. 65).

O ciberespaço passa a ser constituído por uma infraestrutura material (equipamentos eletrônicos) e imaterial (conexão em redes) em termos de comunicação digital segundo aponta Lévy (1999), possibilitando que usuários, produtores e profissionais da informação compartilhem conteúdos em tempo real de maneira síncrona por meio de videoconferências e chamadas instantâneas de voz e vídeo ou, ainda, por meio da modalidade assíncrona, ao se utilizar de e-mails; mensagens de textos e voz; entre outros.

McGarry (1999) nos permite expor, porém, não sem antes refletir que, a cultura e a comunicação da informação encontram-se inteiramente interligadas, sendo a linguagem o veículo fundamental da comunicação humana ao possibilitar aos indivíduos e grupos

sociais envolvimento em constantes e mutantes processos de transmissão, apropriação de informações e intercambiamento de experiências.

Com base nos estudos realizados por Lévy e McGarry, a linguagem pode ser entendida como uma importante ferramenta de comunicação e, no momento atual de crise política, sanitária e econômica, mais do que nunca necessária para essa interconexão em escala regional e, mundialmente situada, em um novo espaço tempo estruturado sem hierarquizações em termos de possibilidades do rompimento com as estruturas de poder que impedem a disseminação da informação. Em tese, o que antes poderia parecer uma utopia se torna uma possibilidade, já que o ciberespaço promete abrigar “[...] todas as grandes cidades do planeta [que] são como os diferentes bairros de uma só megalópole virtual” (LÉVY, 1998, p. 39).

A inclusão digital, responsável por promover a navegação no ciberespaço, foi prevista com grande intensidade no século passado, e pouco a pouco foi sendo confirmada nas duas primeiras décadas do século XXI. Perante o fortalecimento do uso de equipamentos como aparelhos de telefones móveis e computadores que, permitem um estar conectado em redes digitais, mesmo quando não necessitamos estar conectados, é possível colocar, mas sem afirmar em sua totalidade, que o ciberespaço “[...] acompanha e acelera uma virtualização geral da economia e da sociedade. [...] Dos territórios, pulamos para a nascente, em direção às redes móveis que os valorizam e os desenham” (LÉVY, 1998, p. 49).

Dada a realidade que presenciamos em termos da capacidade de disseminação da informação e produção do conhecimento tácito e explícito que se efetivam, a sociedade conectada por redes de comunicação, torna-se uma realidade de fato, observando-se, porém, um retorno aos processos que os produzem para colocar em questão a cultura do ciberespaço. O ciberespaço, abriga humanos que, devem aprender coletivamente (inteligência coletiva) a utilizar equipamentos eletrônicos, a se conectar em redes digitais e a conviver com a inteligência artificial.

Quanto mais os processos de inteligência coletiva se desenvolvem o que pressupõe, obviamente, o questionamento de diversos poderes -, melhor é a apropriação, por indivíduos e grupos, das alterações técnicas, e menores são os efeitos de exclusão ou de destruição humana resultantes da aceleração do movimento tecnosocial (LÉVY, 2000, p. 261).

Da criticidade colaborativa, surge a inteligência coletiva, responsável pelo questionamento das estruturas de poder das redes sociais, em face da exclusão social e do desrespeito das diferenças culturais. O acesso à informação, requer tecnologias de conexão responsáveis pela inclusão no espaço virtual, e, não o contrário. Entretanto, numa rapidez jamais pensada, processos de subjetividades de comunidades inteiras são desconsiderados, novos e novos modelos de competências técnicas são requeridos e equipamentos eletrônicos são atualizados com novas funções. Os sujeitos são

atualizados como os *smartphones* com suas novas funções, já que cada vez um número maior de informações e condutas sociais são injetadas para que se possa estar conectado.

Os dispositivos móveis representados na atualidade pelos celulares multifuncionais de última geração facilitam a conexão em redes e iniciam um novo ciclo em termos de produção de conhecimento. A conexão acessível em qualquer espaço tempo (híbrido² ou virtual) tende a ampliar à esfera de comunicação de muitos para muitos. As estruturas de comunicação distribuídas que a *Web 2.0*³ proporciona e a Internet com sua rede mundial de computadores, expande-se em maior medida do que a ampliação das possibilidades de aprendizagem coletiva. O tipo de aprendizagem requerida no espaço virtual, se dá no coletivo, configurando-se como um importante recurso para que a adaptação também aconteça no modelo de conexão em termos de aperfeiçoamento das estruturas de comunicações possibilitadas pelas novas tecnologias, e não o contrário. Nesse sentido Lévy argumentou:

Um computador e uma conexão telefônica dão acesso a quase todas as informações do mundo, imediatamente ou recorrendo a redes de pessoas capazes de remeter a informação desejada. Essa presença virtual do todo em qualquer ponto encontra, talvez, o seu paralelo físico no fato de que um edifício qualquer de uma cidade grande contém elementos materiais vindos de todas as partes do mundo, concentrando conhecimentos, competências, processos de cooperação, uma inteligência coletiva acumulada ao longo dos séculos, com a participação, de alguma maneira, dos mais diversos povos (LÉVY, 1998, p. 110).

De fato, as novas ferramentas tecnológicas ampliam o registro e o acesso da informação armazenada em diversos tipos de suportes por meio da oralidade, escrita, eletrônica e, na atualidade, da tecnologia digital. Por conseguinte, o armazenamento da informação cultural de variados grupos sociais, registrada da parede da caverna à tela do computador, requerendo o reconhecimento da inteligência coletiva caracterizada por um ser humano que necessita coletivamente aumentar a capacidade de registro da memória e, com isso, investir na criação de serviços e produtos disponibilizados pela ciência e tecnologia.

Os processos de (in)formações no ciberespaço valorizam o aprendizado ao exercitar a inteligência coletiva, demandando a apropriação significativa da linguagem escrita, sonora e imagética que ocasiona na informação confiável que abriga o conhecimento produzido pela humanidade. Para isso, é necessário que se preserve a capacidade de trabalhar em um coletivo

² A expressão espaço tempo representa diversas estruturas de interações em ambientes de informação, educação e cultura, considerando as dimensões da vida social resignificadas pelo uso das novas tecnologias na sociedade da informação e do conhecimento.

³ Por meio da flexibilização e a democratização dos recursos de produção, uso e comunicação da informação a Web 2.0 possibilita aos sujeitos contemporâneos um ambiente de maior interação na internet, exigindo o desenvolvimento de competências que ocasionem na intensificação dos processos de conexão e ações colaborativas.

compondo variadas e fundamentadas estruturas de comunicação e de compartilhamento de informações.

O termo **coletivo** não se aplica apenas para a ligação entre mentes reais que se comunicam pela fala, mas também à comunicação entre mentes mortas, vivas e aquelas (virtuais) que virão. Aqui, o aprendizado se encontra na escala da humanidade e este aprendizado se funde com a evolução cultural (LÉVY, 2000, p. 61, grifo do autor).

Com a contribuição da memória individual atravessada pela memória coletiva e com os registros possibilitados viabilizados pela memória social (HALBWACHS, 2013), surgiram e ainda surgem novas formas de evolução cultural por meio do registro da informação produzida pela oralidade por gerações passadas e, na atualidade, por meio das novas tecnologias. Na memória coletiva, reside um contexto de variadas histórias, fatos, notícias e acontecimentos, cada vez mais acessíveis ao pesquisador, cientista e profissional da Ciência da Informação devido ao uso das tecnologias de escrita, informação e comunicação.

McGarry (1999, p. 4) permite identificar aspectos inter-relacionados com a cultura e com a informação que, na atualidade, se alimentam das linguagens das novas tecnologias. Em decorrência do exposto, dá visibilidade há uma variação nos atributos da informação considerada: como quase um sinônimo de um fato; um reforço ao que já se conhece; “a liberdade de escolha ao selecionar uma mensagem”; a matéria da qual se extrai o conhecimento; “aquilo que é permutado com o mundo exterior e não apenas recebido passivamente”; definida com base nos efeitos que ocasiona em um receptor (que também é emissor da informação) e “algo que reduz a incerteza em determinada situação”.

Nesse sentido, a linguagem humana funciona como um sistema de ordenação ao armazenar a memória e refletir a personalidade do indivíduo e os valores culturais de uma sociedade, possibilitando a criação e a transmissão da cultura. Garante a sua continuidade por meio da produção de conhecimentos e da transmissão da informação, considerando o tipo de relação que o sujeito estabelece com a informação em suas redes de relacionamentos. Destaca-se a importância da criação de espaços de inclusão digital que possam viabilizar o acesso à informação confiável, assim como nas redes sociais e em espaços híbridos de informação, educação e cultura como arquivos, bibliotecas, escolas, espaços comunitários, museus e universidades.

Em vista de que os suportes de informação armazenam conteúdos com base em variadas linguagens, a meta dos sistemas de recuperação no ciberespaço culmina na satisfação da necessidade de informação do usuário, demandando um relacionamento entre as máquinas e os humanos motivados por fatores internos e externos (cognitivos, culturais, motivacionais, sociais, etc.). A linguagem é ressignificada no ciberespaço ao transmitir “[...] um conhecimento inscrito (gravado) [...], oral ou audiovisual” (LE

COADIC, 1996, p. 5), sendo ainda utilizada como uma ferramenta cultural e movida pela emotividade e convicções ideológicas que pode conduzir ao acesso à informação ou desinformação (notícia falsa, informação deturpada, boatos, etc.).

Então, os meios de comunicação e mídias digitais como a Internet, a televisão e o jornal contribuem para o fortalecimento da sociedade da desinformação conduzindo à insegurança por parte dos consumidores de informação disseminada por esses veículos. Percebe, com isso, que a conexão no ciberespaço desde o fortalecimento o fortalecimento do uso das novas tecnologias que facilitam que a informação seja disseminada pelos ambientes de informação, educação e cultura como as bibliotecas, as escolas e os espaços comunitários.

Essa nova estrutura de organização de comunicação social descentralizada é uma potente ferramenta de conexão, disseminação da informação e organização do conhecimento humano, por meio da apropriação das novas mídias digitais que ganham força em várias camadas da sociedade e organizações públicas e privadas. As redes sociais apresentam uma certa flexibilidade e adaptabilidade em processos de comunicação distribuída, no momento em que as redes digitais permitem ao sujeito contar com inovações tecnológicas que impulsionam a difusão da informação de muitos para muitos em escala global (CASTELLS, 2003; UGARTE, 2008).

Devido aos avanços em termos de uso e acesso à informação proporcionados pela *Web*, ambiente de rede da Internet, os usuários da informação podem criar páginas *Web*, *blogs*, canais no *Youtube*, grupos de *WhatsApp* e *Facebook*, dentre outros ambientes de geração de conteúdos, divulgação do trabalho e comunicação da informação. As novas tecnologias viabilizam a difusão dialógica da comunicação de muitos para muitos (identificada como um ideal de estrutura de comunicação), porém o contrário também pode acontecer mesmo com a expansão do uso das tecnologias de escrita, informação e comunicação: a centralização, a estagnação, a desinformação, o isolamento e sentimento de um não pertencimento a essa sociedade que gera grandes expectativas em termos de produção, uso e comunicação da informação.

A paisagem desenhada pela revolução das comunicações e que culmina na criação do ciberespaço pode ser observada como um meio de comunicação aberto em constituição, sendo fortalecido pela interconexão mundial de computadores (Internet) e por um “[...] dispositivo de comunicação qualitativamente original que se deve bem distinguir das outras formas de comunicação [...]” (LÉVY, 1998, p. 43). Diferente da imprensa, televisão e outras invenções que fortaleceram as mídias tradicionais que transmitem informação de “um para todos”, a Internet se configura como um meio de comunicação que com a *Web (World Wide Web)* possibilita que os fatos, as notícias e as informações sejam disponibilizadas de “todos para todos” nas redes sociais.

Enfim, um sistema de interconexão e de pesquisa de documentos como a *World Wide Web* tem a capacidade de transformar a Internet em um hiper-

texto gigante, independente da localização física dos arquivos de computador. Na *Web*, cada elemento de informação contém ponteiros, ou links, que podem ser seguidos para acessar outros documentos sobre assuntos relacionados. A *Web* também permite o acesso por palavras-chave a documentos dispersos em centenas de computadores dispersos através do mundo, como se esses documentos fizessem parte do mesmo banco de dados ou do mesmo disco rígido (LÉVY, 2000, p. 108).

A *Web* se constitui como uma ferramenta da Internet que reúne em um “único e imenso hipertexto” conteúdos imagéticos, sonoros e textuais (multimodais) que com a *Web* 2.0 podem facilmente ser produzidos e recuperados por usuários de informação. O “Hipertexto é um texto em formato digital, reconfigurável e fluido. Ele é composto por blocos elementares ligados por links que podem ser explorados em tempo real na tela” (LÉVY, 1999, p. 24). A humanidade, portanto, se vê fazendo parte de uma comunidade virtual por meio de computadores interconectados devido aos avanços das novas tecnologias.

Aquilo que identificamos, de forma grosseira, como **novas tecnologias** recobre na verdade a atividade multiforme de grupos humanos, um devir coletivo complexo que se cristaliza sobretudo em volta de objetos materiais, de programas de computador e de dispositivos de comunicação. É o processo social em toda sua opacidade, é a atividade dos outros, que retorna para o indivíduo sob a máscara estrangeira, inumana, da técnica. Quando os **impactos** são negativos, seria preciso na verdade incriminar a organização do trabalho ou as relações de dominação, ou ainda a indeslindável complexidade dos fenômenos sociais (LÉVY, 1999, p. 25, grifos do autor).

Não havendo mais fronteiras que se configurem como obstáculos para o processo de disseminação dos conteúdos disponibilizados pela internet e pela *Web*, a informação passa a se constituir como um “elemento de sentido”, um “[...] significado transmitido a um ser consciente por meio de uma mensagem inscrita em um suporte espacial-temporal” (LE COADIC, 2004, p. 5). Desse modo, os suportes tradicionais como o jornal, a revista e o livro que disponibilizavam dados impressos passam a armazenar informações textuais, sonoras, imagéticos e outras linguagens multimodais e as plataformas digitais são entendidas como ambientes de mediação autônoma constituídas por tecnologia de informação e comunicação, nas quais a memória social encontra-se armazenada.

Os sujeitos se constituem por meio da memória individual e coletiva, que culmina na memória social, necessitando ser mediadores e contato com mediadores externos que privilegiem as reminiscências capazes de contemplar o conhecimento de mundo. “Os mediadores, estabelecendo comunicação entre grupos e categorias sociais distintos, são, muitas vezes, agente de transformação” (VELHO, 2001, p. 27). Os mediadores devem, portanto, ser considerados como responsáveis por fazer transitar as informações numa sociedade excludente, em que há fronteiras que devem ser atravessadas para o acesso irrestrito à informação e às redes de comunicação.

3 MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO NO (CIBER)ESPAÇO

A mediação da informação em espaços híbridos está relacionada com a práxis no âmbito da Biblioteconomia ao compreender saberes (conhecimentos) e fazeres (habilidades) do profissional da informação (mediador). A práxis é considerada como a junção da teoria e da prática transformadora, capaz de mediar a ação libertadora e humanista do sujeito no meio social em que vive. “Para os seres humanos, como seres da práxis, transformar o mundo, processo em que se transforma também, significa impregná-lo de sua presença criadora, deixando nele as marcas de seu trabalho” (FREIRE, 1981, p. 55). Convém, portanto, definir a mediação da informação, seja ela implícita ou explícita, como:

é toda ação de interferência – realizada em um processo, por um profissional da informação e na ambiência de equipamentos informacionais –, direta ou indireta; consciente ou inconsciente; singular ou plural; individual ou coletiva; visando a apropriação de informação que satisfaça, parcialmente e de maneira momentânea, uma necessidade informacional, gerando conflitos e novas necessidades informacionais (ALMEIDA JÚNIOR, p.25, 2015).

Por meio da “mediação implícita” o bibliotecário e outros profissionais da informação realizam o trabalho de gestão, organização e tratamento da informação, entre outras demandas das bibliotecas e outros ambientes de informação, ou mesmo, por meio da realização de estudos e produção de discursos no momento de seus planejamentos, mesmo que não tenham uma aplicação efetiva momentânea ou que se apresentem inicialmente sem embasamento para a resolução das problemáticas. No campo dessa mediação no ciberespaço, podemos citar o processo de indexação, armazenamento e planejamentos de processos de busca para repositórios e catálogos das bibliotecas universitárias.

Como “mediação explícita” que se dedica efetivamente ao atendimento do usuário considera-se o processo intervenções entre humano-humano e humano-computador e, desse modo, o processo de mediação, presencial ou virtual, pode ocorrer por meio do uso de sistemas de recuperação da informação disponibilizados na Internet (LE COADIC, 2004), devendo, porém, levar em consideração as experiências cotidianas dos sujeitos e ao mesmo tempo compreender que todas as atividades se encontram articuladas umas com as outras exigindo, com isso, uma prática transformadora que influencia o meio social (ALMEIDA JÚNIOR; SANTOS NETTO, 2014).

Compreendermos a mediação da informação como uma ação de interferência, direta ou não, implícita ou explícita, realizada em espaços presenciais das bibliotecas escolares e públicas inseridas em comunidades com diferentes necessidades, ou mesmo em bibliotecas digitais que são disponibilizadas no espaço virtual (denominado de ciberespaço por conta da possibilidade de navegação nesses ambientes na Internet) (ALMEIDA JÚNIOR, 2009; 2015; LE COADIC, 2004).

A mediação da informação encontra-se relacionada com a cultura e com a ação política e, acima de tudo, promotora da aproximação entre indivíduos e coletividades, obras de cultura e arte relacionadas com a produção e a divulgação de serviços e produtos informativos, educativos e culturais, devendo-se levar em consideração as necessidades sociais da comunidade. Nesse caso, o ato de mediar pode ser entendido como uma ação potencial para que o diálogo efetivamente aconteça, entre os sujeitos e os instrumentos de mediação (humanos, eletrônicos, digitais etc.) com o auxílio de projetos, políticas, ferramentas, signos, disciplinas e/ou campos de conhecimento que dialogam e cujos objetos podem ser os mais variados possíveis.

Em termos de elaboração de programas de mediação, à política cultural pode ser responsável por institucionalizar e possibilitar intervenções autônomas e instituintes na realidade social, por meio de iniciativas de instituições públicas, privadas e organizadas em prol dos serviços fins da biblioteca híbrida (COELHO NETTO, 2012). Em vista de que essa política, deve ser entendida juntamente, com a criação de políticas sociais (que se diferenciam perante a realidade de cada grupo), é necessário entender que os grupos comunitários e as instituições “[...] são constituídas por mulheres e homens ‘situados’, condicionados por uma realidade concreta, econômica, política, social e cultural” (FREIRE, 2001, p. 105).

Por meio do levantamento de definições que nos permitem visualizar a articulação da teoria e da prática transformadora (práxis), é possível visualizar a influência da Educação e da Política Cultural seja pensada no ciberespaço por meio dos processos de ações culturais realizados em espaços informativos que podem migrar para a rede social ou a página *Web* da biblioteca. Almeida Júnior (2009), Freire (1981) e Coelho Netto (2001) contribuem para a constituição do processo de conceituação desse tipo de ação cultural, de forma que possamos assim representar uma certa evolução do conceito em constituição desde o final do século XX até os dias atuais.

O conceito da ação cultural encontra-se relacionado com as necessidades sociais e informativas do sujeito contemporâneo recebendo influência de várias áreas do conhecimento, dentre elas, citamos: à Política Cultural que orienta o mediador em processos de planejamentos dialógicos, bem como a Educação, que inspira uma ação crítica e transformadora e a Biblioteconomia, que traduz na ação informativa a sua responsabilidade social.

Coelho Netto (1989) expõe que é mais fácil afirmar que desenvolvemos uma ação cultural do que uma fabricação. O exposto, nos incentiva colocar em análise as definições que os autores que são referências trazem com suas interpretações, permitindo entender sobre o que é uma ação crítica e libertadora no contexto da ação cultural, por exemplo. Com base no conceito da ação cultural e em outras práticas como a animação e a fabricação cultural, elaboramos uma síntese das definições mais relevantes com base nas obras de Coelho Netto (1989; 2012) e Freire (1981; 2001).

Apesar da afirmação de que não existe ação cultural sem uma elaboração de um projeto, esse autor não mede esforços para esse conceito seja diferenciado da animação e fabricação cultural. Essas últimas duas modalidades possuem início e fim determinado, ou seja, são orientados por projetos, planos e planejamentos pré-estabelecidos, ao impossibilitar que os indivíduos possam dialogar e participar como sujeitos do processo cultural.

Ao planejar um conjunto de procedimentos para que a ação possa ocorrer de fato, o mediador cultural necessita prever insumos humanos, financeiros e materiais, que visam pôr em prática os objetivos de uma determinada política cultural. Para isso, pode recorrer aos agentes e produtores culturais preparados para a gestão do processo, sem deixar de considerar as especificidades de grupos e comunidades procurando identificar processos de mediação para a disseminação da ação informativa, educativa e cultural (COELHO NETTO, 2012).

A conceituação trabalhada traz como diferencial a leitura da obra de Freire (1981) ao expor que a ação cultural para a liberdade, só ganha um sentido para a comunidade/grupo envolvido, a partir do momento em que se constitui como um momento de teorização da prática social (práxis) e não podendo jamais se sobrepor à visão do mundo dos sujeitos envolvidos no processo cultural. Pelo contrário do que se possa supor, a ação cultural é movida por um processo de transformação que resulta na resolução de um problema coletado no meio social e entendido perante a dialogicidade da cultura local (FREIRE, 1981).

Considerada como educativa ao partir da perspectiva teórica freiriana, a ação cultural deve envolver uma compreensão crítica da prática (in)formativa, devendo levar em consideração a participação comunitária e popular (FREIRE, 2001). Ação que se constitui como um momento de teorização da prática social (práxis), ao considerar a visão de mundo dos sujeitos, deve ser movida pela necessidade de transformação que resulta no diálogo e numa possível resolução de uma demanda e/ou problema do meio cultural (FREIRE, 1981).

Em direção contrária, a animação cultural, é uma proposta de atividade considerada, mais como uma prática de lazer, do que de produção de cultura, já que se encontra inserida dentro de um processo em que o indivíduo não é considerado como sujeito que possa criar uma interação com a cultura, a arte e outros objetos. Dessa forma, esse tipo de ação não possibilita a apropriação de um conceito ou uma técnica cultural que ocasione na visão crítica da realidade vivida, estando limitada a uma interação diversionista (comparada ao oferecimento de pão e circo como faziam os romanos) (FREIRE, 1981).

A animação cultural foi a primeira denominação utilizada pela literatura devido a influência francesa, indicando na década de 1980 uma possibilidade de mediação entre indivíduos e a estruturação dos modos de cultura da época: contação de histórias; rodas de leituras; atividades teatrais e musicais, etc. Sendo, portanto, considerada como um instrumento direcionado para a ocupação do tempo livre e para a promoção do lazer em que não é possibilitado que o participante se veja como sujeito da ação (COELHO NETTO, 2001).

De maneira geral, a animação carrega a proposta de uma prática mais de lazer do que de produção de momentos culturais críticos e libertadores no sentido pensar e poder se manifestar (FREIRE, 1981), exigindo do mediador planejar e criar uma interação com a cultura e a arte e, desta forma, possibilitar, por exemplo, diálogos sobre problemas relacionados com a educação, a saúde mental e as condições sanitárias inapropriadas da comunidade com a qual a biblioteca encontra-se envolvida.

A fabricação cultural é uma ação alimentada pela ideologia no cenário brasileiro pelo golpe da ditadura militar ao enfraquecer o diálogo, a liberdade, a criticidade e a participação do sujeito em ações culturais. Essa ação é condicionada pelos “mitos” e pela ideologia dominante, “obliterando” os saberes e fazeres necessários aos projetos sociais e, com isso, a capacidade de percepção do sujeito cultural da realidade vivida e, assim sendo, tanto a fabricação cultural quanto a animação cultural “Revelam os condicionamentos ideológicos a que estiveram submetidos em sua experiência na ‘cultura do silêncio’” (FREIRE, 2001, p. 23).

Assim como a animação cultural é movida por práticas diversionistas a fabricação pode ser analisada do ponto de vista da pedagogia crítica freiriana, na medida que a ideologia desumanizante que, muitas vezes, a compõe, impede que sujeito seja reflexivo, ativo, criador e transformador no mundo em que vive e trabalha.

A fabricação cultural é tida como uma prática realizada superficialmente, transmitida de modo artificial, em que não se almeja a apropriação da cultura nos indivíduos, entendida como um processo com início determinado, um fim previsto e etapas estipuladas que devem levar ao fim preestabelecido, podendo se referir aos programas culturais promovidos por movimentos e grupos religiosos, políticos e gestões autoritárias (como o nazismo, fascismo, etc.), tendo como meta a transmissão de informação, conhecimentos e técnicas culturais específicas e pré-determinadas (FREIRE, 1981; 2001).

As conceituações e definições apresentadas são atravessadas por teorizações que não se separam da prática, trazendo sob conceitos da ação, animação e fabricação cultural a necessidade de (re)considerar o conhecimento de mundo dos sujeitos em processos de mediação da informação que envolve “distribuição, troca e uso” de conteúdos informativos, no momento em que a prática cultural envolver diversas esferas: agenciamento cultural; produção cultural; diálogo entre indivíduo, coletividade e comunidade; participação de instituições públicas e privadas; levantamento de insumos necessários para a distribuição de produtos e serviços culturais.

No cotidiano da biblioteca e de outras unidades de informação e cultura, a política com a abordagem da ação cultural torna-se importante para a garantia dos diálogos. O tipo de mediação e a ação selecionada se diferenciam conforme as necessidades sociais dos sujeitos. Assim sendo, as atividades podem simplesmente serem classificadas como ações que não carregam consigo denominações, porém não se pode desconsiderar a

importância do trabalho que deve ser realizado por profissionais que aprenderam a dialogar como: gestor cultural; produtor cultural; oficinairos culturais; museólogos, bibliotecários, arquivistas, entre outros (COELHO NETTO, 2012).

Após a explanação conceitual sobre a mediação cultural e os tipos de ações culturais desenvolvidas, inúmeras possibilidades de estudos e pesquisas poderão ser tecidas dentro e fora das universidades, bibliotecas, espaços comunitários, e em qualquer outro espaço tempo (presencial e virtual) em que seja necessária uma intervenção cultural.

Ao final da pesquisa se fortalece a compreensão de que o bibliotecário deve ser considerado um mediador e agente de cultura no processo de comunicação, trabalhando com políticas culturais (instituídas e instituintes) que possam fortalecer mediações explícitas e ações críticas e libertadoras, de forma que possam dotar o sujeito de uma maior autonomia para que a comunidade possa desenvolver as atividades de interesse baseadas na práxis de uma política (ciber)cultural.

4 À GUIA DE CONCLUSÃO, UMA ABERTURA

A tarefa de concluir, não nos parece apropriada nesse momento e se transforma em uma abertura para futuras pesquisas sobre a mediação da informação no ciberespaço, assim como para refletir sobre a necessidade da construção de políticas, ações e projetos que envolvam processos de mediação no ciberespaço que deve ser fortalecida nas redes sociais que acolhem velhas e novas mídias, que, por conseguinte, se constituem como veículos de comunicação de diferentes formas de linguagens humanas e tecnológicas, envoltas pela multimodalidade e hipertextualidade típicas da *Web* e da Internet na sociedade contemporânea.

O que fora escrito por Kevin McGarry, Pierry Lévy e Paulo Freire no final do século XX, permite compreender que o cenário de informação requer processos de formação precedidos pela leitura de mundo, tendo a contribuição da mediação informativa em um ambiente (o ciberespaço) cultural, informativo e educativo. Esse tipo de atuação informativa e cultural solicitada também no ciberespaço, acaba requerendo o entendimento de que há em torno da prática de mediação um processo de conceituação reflexivo e em constante constituição.

Percebemos que o conceito de mediação informativa se fortalece perante a intervenção em espaços presenciais comunitários, bibliotecas, escolas e universidades auxiliando bibliotecários e outros profissionais dispostos a desenvolverem ações políticas, educativas e transformadoras pelo viés da Ciência da Informação, Educação e Política (Ciber)Cultural.

Como resultado são identificadas teorias como as que foram produzidas por Oswaldo Almeida Júnior ao destacar a mediação implícita e explícita, e Teixeira Coelho Netto, auxiliando no entendimento de que a mediação conta com o auxílio das

ferramentas de planejamento e da ação cultural, devendo alcançar diferentes sujeitos atendidos em ambientes híbridos e virtuais de informação e culturais caracterizados como espaços tempos de colaboração.

Cabe aos usuários, consumidores e produtores de informação, bibliotecários, comunicadores, arquivistas, educadores, jornalistas e outros profissionais atuarem coletivamente na construção de ambientes digitais de formação e informação que possam fortalecer a mediação autônoma e o protagonismo do sujeito contemporâneo, contanto para isso com planejamentos, políticas e ações dialógicas que compreendam a cultura do ciberespaço.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA JÚNIOR, Osvaldo Francisco de. Mediação da informação e múltiplas linguagens. **Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, Brasília, v. 2, n. 1, p. 89-103, jan./dez. 2009.

ALMEIDA JÚNIOR, Osvaldo Francisco de. Mediação da informação: um conceito atualizado. *In*: BORTOLIN, Sueli; SANTOS NETTO, João Arlindo dos; SILVA, Rovilson José da (org.). **Mediação oral da informação e da leitura**. Londrina: ABECIN, 2015. Cap. 1, p. 9-32.

ALMEIDA JUNIOR, Osvaldo Francisco; SANTOS NETTO, João Arlindo dos. Mediação da informação e a organização do conhecimento: interrelações. **Informação & Informação**. Londrina, v. 19, n. 2, p. 98-116, maio./ago. 2014.

CASTELLS, Manuel. **A galáxia da internet**: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade. 1. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003. 244 p.

COELHO NETTO, José Texeira. **Dicionário crítico de política cultural**: cultura e imaginário. 2. ed. São Paulo: Iluminuras, 2012.

COELHO NETTO, José Texeira. **O que é ação cultural**. São Paulo: Brasiliense. 1989. (Coleção Primeiros Passos, 216).

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade e outros escritos**. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. 149 p.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se completam. São Paulo: Cortez, 1996.

FREIRE, Paulo. **Política e educação**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução: Beatriz Sidou. 2.d. São Paulo: Centauro, 2013.

LE COADIC, Yves-François. **A ciência da informação**. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2004.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999.

LÉVY, Pierre. A revolução contemporânea em matéria de comunicação. **Revista Famecos**: mídia, cultura e tecnologia, Porto Alegre, v. 5, n. 9, p. 37-49, dez. 1998.

LÉVY, Pierre. O ciberespaço como um passo metaevolutivo. **Revista Famecos**: mídia, cultura e tecnologia, Porto Alegre, v. 5, n. 13, p. 59-67, dez. 2000.

LÉVY, Pierre. A inteligência possível do século XXI. **Revista Famecos**: mídia, cultura e tecnologia, Porto Alegre, v. 5, n. 13, p. 13-20, ago. 2003.

LIMA, Celly de Brito; PERROTTI, Edmir. Bibliotecário: um mediador cultural para a apropriação cultural. **Inf. Prof.**, Londrina, v. 5, n. 2, p. 161-180, jul./dez. 2016.

MCGARRY, Kevin. **O contexto dinâmico da informação**. 1. ed. Brasília: Briquet de Lemos, 1999.

PERROTTI, Edmir. Mediação cultural: além dos procedimentos. *In*: SALCEDO, Diego Andres. (org.). **Mediação cultural**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2016. cap. 1, p. 06-14.

UGARTE, David de. **El poder de las redes**: manual ilustrado para personas, colectivos y empresas abocados al ciberactivismo. Barcelona: El Cobre Editions, 2008.

VELHO, Gilberto. Biografia, trajetória e mediação. *In*: VELHO, Gilberto.; KUSCHNIR, Karina. **Mediação, cultura e política**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2001. p. 10-28.

Recebido/ Received: 20/07/2022
Aceito/ Accepted: 08/08/2022
Publicado/ Published: 30/08/2022